

Congresso altera regras de emendas em reação a Supremo

Congresso muda regras das emendas de relator em reação a julgamento do STF

Lewandowski diz que corte vai considerar projeto, que mantém controle sobre parte das verbas na cúpula da Câmara e do Senado

Thaísa Oliveira e Renato Machado

BRASÍLIA O Congresso Nacional aprovou nesta sexta-feira (16) o projeto de resolução que fixa critérios para a distribuição das chamadas emendas de relator-geral do Orçamento.

A proposta concentra parte dos recursos nas mãos dos chefes das duas Casas legislativas e divide o montante de acordo com o tamanho das bancadas partidárias.

O projeto de resolução é uma reação da cúpula do Congresso ao STF (Supremo Tribunal Federal), que analisa a constitucionalidade dessas emendas — usadas como moeda de troca nas negociações entre Planalto e Congresso.

O texto vem sendo custodiado nos últimos meses pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para tentar esvaziar os questionamentos dos ministros ao mecanismo.

A votação estava prevista para a próxima terça-feira (20), mas foi antecipada para esta sexta após o fim da sessão do STF da quinta (15).

A sessão do Supremo foi suspensa com o placar de 5 votos contrários ao uso das emendas contra 4 favoráveis, e será retomada na segunda (19). Falta apenas os votos dos ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes.

Lewandowski afirmou nesta sexta, após reunião com Pacheco, que a corte vai levar em consideração a resolução, e que boa parte dos pontos criticados foram atendidos.

"Muito daquilo que estava proposto nessa resolução de certa maneira atenda às preocupações que foram ventiladas pelos ministros ao longo do julgamento. Nós, segunda-feira, com toda certeza, nos debruçaremos sobre essa resolução que agora foi aprovada, sempre dentro desse sentido importante de diálogo entre os Poderes", disse.

A sinalização de Lewandowski é diferente da que havia sido dada pela presidente do STF, Rosa Weber, ao votar contra as emendas de relator.

Em meio à discussão do projeto de resolução no Congresso, o ministro havia pedido mais tempo na sessão para analisar o caso "devido à complexidade da matéria".

Nesta sexta, ele afirmou que o julgamento foi paralisado "em homenagem" ao Congresso. O magistrado disse que, ao enviar o projeto de resolução para o STF, o presidente do Senado "inaugurou um salutar diálogo institucional".

O projeto de resolução foi aprovado pelos deputados federais por 328 votos a favor, 66 contrários e 4 abstenções — eram necessárias 257 manifestações favoráveis. No Senado, foram 44 votos a favor, 20 contra e duas abstenções, quando eram necessários 41.

Entenda as emendas de relator

DIRECIONAMENTO POLÍTICO

Como é atualmente

As verbas do Orçamento da União são direcionadas para redutos eleitorais de deputados e senadores, sem critérios objetivos sobre quais parlamentares e bancadas podem fazer as indicações, tampouco sobre os projetos que poderão receber os recursos. O relator-geral pode também realizar indicações para execução das emendas mesmo de pessoas de fora do Congresso. Com isso, os recursos são usados para barganhas políticas entre governo e cúpula do Legislativo

Proposta de mudança

A proposta do Congresso fixa um critério para as indicações no Senado e na Câmara, seguindo a proporcionalidade partidária e formalizadas pelo líder do partido. O relator-geral poderá realizar indicações para execução das emendas desde que sejam feitas exclusivamente por parlamentares. O poder de barganha com Planalto, porém, continua, dada a concentração de recursos nas mãos das cúpulas das Casas. E não haveria as mesmas exigências técnicas referentes às demais emendas individuais e das bancadas

TRANSPARÊNCIA

Como é atualmente

Existe pouca transparência sobre a destinação dos recursos e na identificação do autor das propostas. Um dos problemas é que o sistema tem pedidos registrados apenas como de autoria de "usuário externo", sem especificar quem são. Cerca de R\$ 1,85 bilhão foi pago em 2022 a partir deste tipo de indicação

Proposta de mudança

Emendas serão feitas exclusivamente por parlamentares

LIMITE FINANCEIRO

Como é atualmente

O valor das emendas do relator não pode ultrapassar a soma das emendas individuais e de bancadas

Proposta de mudança

Ficaria do mesmo jeito

DESTINAÇÃO OBRIGATORIA

Como é atualmente

Não existe obrigatoriedade para a destinação dos recursos. O dinheiro não precisa ser aplicado em uma área específica

Proposta de mudança

Mínimo de 50% deve ser destinado para ações nas áreas da saúde, de assistência social ou de educação

DISTRIBUIÇÃO

Como é atualmente

Sem critérios claros para distribuição do dinheiro

Proposta de mudança do Congresso



assistência social e educação.

Segundo o texto, o relator-geral poderá apresentar indicações para execução de emendas desde que elas sejam feitas por parlamentares. No formato atual, a decisão sobre o destino dessas emendas cabe ao próprio relator-geral, sem critérios objetivos.

A distribuição das emendas deverá obedecer a alguns parâmetros. Até 5% deverão ser provenientes de indicações conjuntas do relator-geral e do presidente da CMO (Comissão Mista de Orçamento).

Outros 7,5% ficarão a cargo do presidente do Senado e outros 7,5% serão distribuídos conforme indicações do presidente da Câmara. Ou seja, Lira e Pacheco, que devem ser reeleitos em fevereiro de 2023, vão manter controle sobre parte da distribuição.

O texto uniu de parlamentares do centrão — que deram sustentação ao governo de Jair Bolsonaro (PL), como PL, Progressistas e Republicanos — ao PT do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

O mecanismo foi duramente criticado pelo petista na campanha e chegou a ser comparado por ele ao mensalão.

O senador Jean Paul Prates (PTRN), líder da minoria no Senado, afirmou que as emendas não serão usadas pelo presidente eleito como moeda de troca, e justificou a posição do partido. Segundo ele, o PT não tinha "massa crítica" para "derrubar totalmente" o instrumento, e concordou com a "moderação".

"É a única saída que nós temos para que não fique como está. Se trata de uma nova regra, com transparência, com proporcionalidade e, principalmente, não imposição de [não obrigatoriedade de pagamento]", disse. "O novo governo não usará esse dispositivo para cooptar ninguém. O presidente Lula não fará isso. O que queremos é nada, mas, neste momento, colocar alguma regra é melhor que o caos", completou.

A posição do PT foi duramente criticada pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL). O ex-presidente do Congresso afirmou que a resolução vai na contramão do que defende a maioria dos ministros do STF, e amplia os poderes de Arthur Lira — um dos seus principais rivais políticos.

"[A resolução] não resolve nada do ponto de vista da transparência, do ponto de vista da impessoalidade e, mais ainda, agrava a situação ao destinar ao presidente da Câmara dos Deputados 7,5% dos recursos. Isso é um escárnio. Acho que é uma incoerência brutal do PT", disse. Após a sessão, Pacheco afirmou que o projeto é "integralmente bom", e que o Congresso buscou corrigir todos os pontos criticados pelo Supremo. O senador argumentou que as emendas garantem a "descentralização dos recursos" e a "formatação do Orçamento através de uma ação conjunta entre o Executivo e o Legislativo".

O projeto prevê ainda até 23,33% para indicações de senadores, obedecendo à proporcionalidade partidária e formalizadas pelo líder do partido, e até 56,66% para indicações de deputados, conforme o mesmo critério de bancada partidária.

O Orçamento de 2023 reserva mais de R\$ 19 bilhões para as emendas de relator-geral.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4